

# **Crise Orgânica do Capital, pandemia e luta de classes na América Latina - Bolívia**

## **Adolfo Mendoza Leigue**

Doutor em Ciências Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais (México), mestre em Estudos Latino-americanos pela Universidade Andina Simón Bolívar (Equador) e graduado em sociologia pela Universidade Mayor de San Simón (Bolívia). Professor de graduação e pós-graduação na Bolívia e outros países latino-americanos.

## **Resumo**

O trabalho analisa as tendências de resposta à crise focalizando, no contexto boliviano pós-golpe de 2019, as dimensões econômicas e políticas; ao modelo liberal e neoliberal se contrapõem novas formas de democracia que combinam democracia direta e democracia comunitária.

**Palavras-chave:** crise mundial; movimentos sociais; Bolívia; democracia direta e comunitária; Acumulação Primitiva de Capital.

## **Abstract**

This paper analyzes the existing trends in response to the crisis focusing its economic and political dimensions within the post-2019 Bolivian coup context. The liberal and neoliberal models are opposed by new forms of democracy that combine direct democracy and communal democracy.

**Keywords:** world crisis; social movements; Bolivia; direct and communal democracy; Primitive Accumulation of Capital.

## **Resumen**

Este artículo analiza las tendencias existentes en respuesta a la crisis enfocando sus dimensiones económicas y políticas dentro del contexto boliviano posterior al golpe de Estado de 2019. A los modelos liberal y neoliberal se oponen nuevas formas de democracia que combinan democracia directa y democracia comunitaria.

**Palabras clave:** crisis mundial; movimientos sociales; Bolivia; democracia directa y comunitaria; Acumulación primitiva de capital.

Estamos em um momento crítico onde há respostas que temos que dar - no meu caso, na saúde. Eu tenho a sorte de trabalhar no nível local. Justamente nestes dias, por algum nível de experiência, me pediram para aceitar o trabalho no sul de Quito, onde reside a maior quantidade de trabalhadores informais de toda a cidade

de Quito, capital do Equador.

Eu tive sorte de contar com o apoio da maioria das organizações de trabalhadores de saúde, a quem uma história de trabalho me liga no marco de seus direitos e respeito. Para mim, é uma honra porque sentir o apoio dos trabalhadores fala sobre nossas ações que são realizadas, no meu caso, no território.

Novamente volto a refletir sobre o que está acontecendo, [pois] temos que refletir seriamente sobre o papel do que acontece nesses movimentos no tema da saúde. Existe uma saúde do capitalismo, mas também pode haver uma saúde que repense uma quantidade de questões do mesmo paradigma. Eu [penso] que é necessário voltar a trabalhar localmente, no território, pois os processos locais, certas conquistas que se podem dar em questões de direitos de saúde no marco legal devem ser expressas por meio de ações concretas. Quando trabalhamos em níveis locais temos sorte de voltar às ações muito reflexivas e, ao mesmo tempo, a voltar a inventar e reinventar as coisas que temos que fazer. Então teremos uma saúde que se instala no marco dos territórios, uma saúde que consiga questionar o modelo hospitalar, o modelo biomédico do capital, [uma saúde] deve ter respostas múltiplas, porque também temos o processo de interiorização do Estado, dentro de nós e em nosso inconsciente. Temos que reelaborar certas estratégias, mas isso também deve acontecer, no nosso caso, pelo tema intersetorial e com a presença e articulação com estratégias que têm os governos locais, governos seccionais e setoriais também e outras instituições. Dessa forma, me parece que o assunto tem urgência, não só na reflexão, mas na ação que nos permita expressar novamente e tentar sair deste confinamento impressionante que de alguma forma é o que já se evidenciou [neste seminário que descreveu] cruamente as condições do capital, que são realmente uma maneira selvagem de se manifestar; mas ao mesmo tempo essa esperança, essa utopia, temos que mantê-la.

Eu acredito que temos que mantê-la sempre, é uma questão vital que deve se tornar hábito na consciência e em nossas ações. Ou seja, é complexo entender que podemos nos desfazer de certas posições, às vezes nos fatos mais simples da vida, porque o capital se interiorizou profundamente. Inclusive, não apenas nas consciências, mas nas ações diárias onde nossos objetivos e nossos desejos são dominados de tal maneira que às vezes acabamos tendo os mesmos desejos que dentro do capital. Esse capital foi internalizado, vamos colocar assim.

Então, parece-me que politicamente temos que repensar, temos que fluir com uma posição, que esse fluxo se torne em ações que tendam a ser pragmáticas, a ser evidentes. Eu tenho essa espécie de sorte de trabalhar no nível primário do Estado. [...] O Estado está se concentrando, há uma reconcentração. Todo o tema da descentralização e da desconcentração são conquistas que foram se dando com processos participativos, isso foi se diluindo. E sim, acho que testemunhamos certas expressões fascistoídes, quase claras; então eu acho que o risco maior está aí, porque evidentemente esta questão da pandemia, a única coisa que fez foi despir claramente, no nosso caso na saúde, o tema da presença dominante e hegemônica do modelo biomédico convencional. [...] cada um de nós, no seu setor, nesse plano, podemos continuar contribuindo e refletindo.

...

O que queria destacar na minha participação neste momento é que o que a Bolívia vive não é um incidente isolado a nível latino-americano, nem no mundo inteiro. O que está acontecendo com a crise da covid-19 é no fundo o retrato biológico da crise do capitalismo tardio, é algo que se repete com características mais ou menos precisas em cada uma de nossas formações sociais.

A partir de considerações gerais, vou aterrar no caso boliviano para que mais ou menos entendam as tendências em jogo que, pelo menos do meu ponto de vista, estão presentes na Bolívia. Já é um lugar-comum dizer que a vida não será a mesma depois desta pandemia. O capitalismo também não será e a organização internacional de poderes também não será. Também está em jogo a própria reconfiguração das velhas formas de Estado, do Estado capitalista; de um Estado que todas e todos já reconhecemos não só como capitalista, mas como um Estado colonial, um estado patriarcal e um Estado confessional, são quatro características contra as quais existem tendências em nível internacional. Uma delas é a proposta dos companheiros e companheiras do Equador que, junto com a Bolívia, o Nepal e outros movimentos populares em todo o mundo, nações e povos indígenas, nativos e camponeses de todo o mundo, formulam a partir da necessidade de se construir um Estado plurinacional.

Mas, precisamente essas condições também variaram com a crise mundial. Por um lado, na dimensão econômica, depois na dimensão social, na dimensão política e finalmente na dimensão ideológica. Na análise que pretendo formular, não apenas visualizo as tendências conservadoras, mas também as alternativas que podemos ter os povos de todo o mundo, a partir do internacionalismo.

Na dimensão econômica, é visto que estão em jogo duas tendências em nível mundial, duas tendências fortes: uma que está sendo muito bem impulsionada pelas transnacionais, pelo imperialismo dos EUA e por governos de direita na Europa, apoiados por governos reacionários e governos liberais na América Latina e na África. Essas tendências são as de concentração, uma nova forma de concentração de riqueza, a partir da própria crise de saúde que vivemos. A ação das transnacionais não tardou: vejamos o que está acontecendo com Tesla e o Sr. Musk, também vejamos o que acontece com a Apple, o que acontece com a Monsanto e acima de tudo com a indústria farmacêutica, que obviamente encontrou um novo refúgio para a renovação da concentração de capital internacional. Esta é a tendência à concentração de riqueza.

[Por outro lado], há uma tendência a considerar a oportunidade da crise de covid-19 para gerar políticas de redistribuição de riqueza. Aqui está um conjunto de tendências, desde social-democratas até outros tipos de políticas muito clássicas em todo o mundo, mas o que têm em comum? Têm em comum a tentativa de enfrentar a tendência à reconcentração de riqueza com políticas de redistribuição de riqueza.

Não quero fazer mais que referência a um ponto específico, por exemplo, o pedido de não pagamento da dívida externa e moratória de créditos, especialmente no caso da América Latina, gerados pela pandemia; esses créditos que foram dados a nossos países para enfrentá-la. É uma discussão que também vivemos nos anos 80 do século passado na América Latina; não se esqueçam que Fidel falou muito sobre

o não pagamento da dívida externa. Nestas condições, a crise múltipla que o mundo inteiro está vivendo pode reorientar esta tendência à redistribuição de renda e evitar o pagamento da dívida externa, para enfrentar a crise de nossos Estados nações, com uma lógica também de redistribuição.

Agora, como essa dimensão econômica com essas duas tendências fortes, uma à reconcentração de riqueza e outra com a lógica da redistribuição, como estão operando na Bolívia? Por um lado, existe uma lógica de saque do patrimônio nacional, a partir do golpe de 20 de outubro do ano passado. O governo que a Bolívia tem no momento é um governo de fato, é um governo com corte ditatorial impressionante, é um governo que além de ter afetado direitos sociais, começa já um programa de renovação da política de privatizações e de entrega de nossos recursos naturais às transnacionais.

Existem várias informações que podem ser usadas a esse respeito, mas por trás de tudo isso se esconde a tendência à concentração de riqueza, também expressa globalmente. Mas no caso boliviano, a partir do critério da Acumulação Primitiva de Capital baseada na pirataria, que implica o saque do patrimônio das bolivianas e bolivianos. Para aqueles que pensaram que a Acumulação Primitiva de Capital era uma questão dos primeiros dias do capitalismo, isso deve ser questionado e se deve revitalizar a discussão levantada por Marx para a compreensão da Acumulação Primitiva de Capital. O saque e a pirataria como formas de Acumulação Primitiva de Capital na Bolívia, que permite às elites econômicas e a estes, que chamo pelo nome, ladrões do patrimônio nacional, conectar-se de outra maneira com as transnacionais e o capital financeiro internacional.

Na dimensão política, também é possível encontrar pelo menos duas tendências em jogo. A primeira tendência à concentração de poder e à redução do alcance, inclusive das democracias liberais; e, contra isso, está a possibilidade de aprofundar os movimentos nacionais e também em escala internacional, a democratização da democracia, como diria Boaventura de Sousa da Universidade de Coimbra em Portugal. Isto é pensar em projetos democráticos que aprofundem a democracia, mas, ao mesmo tempo, quebrem a hegemonia da democracia representativa liberal. E como isso se expressa no caso boliviano? No caso boliviano, há uma tendência de se montar um modelo de democracia muito semelhante à transição das antigas ditaduras em direção às democracias. São conhecidos como regimes híbridos, que têm uma forte carga autoritária e que usam roupas democráticas formais para exercer dominação. Um bom exemplo muito criticado agora no Chile, naturalmente, é o resultado deste regime híbrido. Por muito tempo, Pinochet foi senador vitalício, isso correspondeu a esses regimes híbridos na transição das velhas ditaduras para as democracias. Receio que alguns indicadores desses elementos de regime híbrido também se encontram no Brasil com Bolsonaro e, no caso da Bolívia, se encontram no regime atual, de fato, de Jeanine Áñez e uma das opções eleitorais que provém de um dos setores fortes, da oligarquia boliviana, que é o Sr. Camacho. Estes personagens tentam disputar no povo boliviano um senso de democracia [no próximo dia] 18 de outubro. Porque em 18 de outubro na Bolívia, as autoridades serão eleitas, mas além de escolher autoridades, está em jogo a forma de governo na democracia.

Existe uma segunda tendência, no caso boliviano, dessa restrição democrática que também encontramos internacionalmente, até mesmo da própria democracia liberal,

que é o das democracias tuteladas. Reduzir o escopo da soberania em nossos países, resgatar algo dos Estados de bem-estar da tradição mais antiga dos setores conservadores da social-democracia e rearmar o modelo democrático a partir de freios à participação popular e uma democracia restrita às velhas elites políticas. Este modelo de democracia tutelada é um modelo que também podemos encontrar exemplos em todo o mundo, mas na Bolívia é representado pelo Senhor Carlos Meza. Não esqueceremos que o Sr. Carlos Meza, atual candidato de um grupo chamado Comunidade Cidadã, foi vice-presidente de Gonzalo Sánchez de Lozada em pleno auge dos governos neoliberais na América Latina. O Sr. Sánchez de Lozada renunciou e fugiu da Bolívia, ficando como sua sucessão constitucional o Sr. Carlos Mesa, que entregou o país a Evo Morales no final de 2005 e início de 2006, um país quebrado. Um país que não tinha a possibilidade mais absoluta de gerar bem-estar para bolivianas e bolivianos. Este senhor é um dos representantes deste modelo de democracia tutelada no caso boliviano.

E, finalmente, há a tendência contraposta a esses dois modelos, que é a democracia intercultural e democracia partidária, que está na constituição do Estado Plurinacional da Bolívia e que combina democracia representativa com democracia direta e democracia comunitária. Eu vou me deter aqui, nessas duas dimensões. A outra, eu insisto, é a dimensão social com restrição de direitos, por um lado, e, por outro lado, expansão e ruptura com o antigo entendimento dos Direitos Humanos. E finalmente a variável ou dimensão cultural em torno da cultura do individualismo contra as decisões das tradições coletivistas das nações e povos, especialmente os povos indígenas em todo o mundo.

Não entrarei em detalhes sobre essas outras três dimensões, fico por aqui relatando as tendências internacionais que encontramos a partir da Bolívia, e como elas também se expressam em nosso país, fundamentalmente em termos políticos e em termos econômicos. Isto está reconfigurando a estatalidade do Estado moderno capitalista, diante do qual está, a partir da perspectiva das Nações e dos povos indígenas, a possibilidade de construir um Estado Plurinacional; está afetando as fundações do Estado capitalista, para sua nova reprodução em termos de dominação, porque passamos da judicialização da política ao *lawfare*, que são duas figuras liberais para explicar uma terceira circunstância, que é muito mais perversa, que é a judicialização dos direitos sociais e direitos coletivos de setores subalternos e nações e povos indígenas, originários, e camponeses no mundo. Portanto, assim como os Estados não repetirão a lógica do capitalismo antes da crise esta é uma oportunidade de atacar contra o Estado capitalista, colonial, patriarcal e confessional em transformação interna, ou, finalmente com base nessa atitude, postular a transformação da própria estatalidade nacionalmente e pensando na Pátria Grande Latino-americana, claro, com uma perspectiva internacionalista.

## Referências

CASTRO RUZ, Fidel. **A Cancelação da Dívida Externa e a Nova Ordem Econômica Internacional**. Havana: Editora Política, 1985.

MARX, Karl. **El Capital - Crítica de la economía política**. Mexico: Editora Fondo de Cultura

Adolfo Mendonza Leigue

Economica, s/d.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia: os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Recebido em 07 de maio de 2022 e aprovado em 15 de maio de 2022.